

Sociedades científicas unem-se no apelo para a criação de uma estratégia nacional para a qualidade do ar interior

Representantes de diferentes sociedades científicas – Sociedade Portuguesa de Pediatria, Sociedade Portuguesa de Pneumologia, Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar e Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública – uniram-se no apelo de um grupo de clínicos e investigadores para a criação de uma estratégia nacional para a qualidade do ar interior.

A qualidade do ar interior é fundamental para evitar a propagação de doenças infecciosas, entre as quais se inclui a COVID-19, sendo, por isso, fundamental a promoção de medidas que permitam a redução das concentrações de contaminantes biológicos, nomeadamente, através da melhoria das taxas de ventilação e da utilização de equipamentos de filtração e purificação de ar.

Cinco autores - João Carlos Winck (Faculdade de Medicina da Universidade do Porto), Susana Marta Almeida (Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa), Gil Correia (Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra), Marta Fonseca Gabriel (Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial), Gonçalo Marques (Politécnico de Coimbra. ESTGOH), Manuel Gameiro Silva (Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra) - escreveram um Editorial intitulado "A Call for a National Strategy for Indoor Air Quality", agora publicado na revista Pulmonology ([A call for a national strategy for indoor air quality - ScienceDirect](#)), onde fazem um ponto de situação do problema em Portugal e propõem estratégias fundamentais para melhorar a qualidade de ar interior.

Conheça o apelo dos especialistas:

Um apelo para uma estratégia nacional para a qualidade do ar interior

Uma carta aberta por um grupo de clínicos e investigadores

Sendo a transmissão por aerossóis uma das principais vias de propagação do SARS-CoV-2 e de outras doenças infecciosas, a promoção de medidas de redução das concentrações de contaminantes biológicos nos ambientes interiores, nomeadamente, através da melhoria das taxas de ventilação e da utilização de equipamentos de filtração e purificação de ar, pode contribuir para minimizar substancialmente os riscos associados.

É fundamental, através de comunicação adequada, sensibilizar os cidadãos para a importância da Qualidade do Ar Interior (QAI) na redução dos riscos de transmissão deste e de outros agentes infecciosos.

Para assegurar a qualidade do ar nos espaços fechados o importante é avaliar; logo, a monitorização dos níveis de parâmetros de QAI deve ser generalizada. Em indivíduos infetados, o CO₂ é co-exalado com aerossóis contendo partículas infecciosas, pelo que pode ser usado como uma medida indireta do risco de infeção (nomeadamente por SARS-CoV-2) em espaços fechados. Assim a concentração de CO₂ pode ser usada como um indicador da existência de uma renovação de ar adequada e de um caudal de ar fresco suficiente no interior dos edifícios.

O limiar de proteção para os níveis de CO₂ de 1000ppm proposto pelas recomendações internacionais (assim como o de 1250 ppm previsto na Portaria n.o 138-G/2021 de 1 de julho, 2021), poderá não ser o suficiente para a redução pretendida de riscos no contexto pandémico, tendo alguns autores sugerido um valor próximo dos 800 ppm como o mais adequado. A concentração de CO₂ pode ser monitorizada com recurso a sensores relativamente económicos (nomeadamente os baseados em radiação infravermelha não dispersiva) que, embora não sejam tão precisos como os métodos de referência, podem fornecer uma avaliação da qualidade do ar interior com eficácia suficiente para sinalizar situações de ventilação inadequada e que careçam de intervenção.

Além disso, como o SARS-CoV-2 permanece ativo em baixas temperaturas e humidade relativa elevada, esses parâmetros devem ser também monitorizados para permitir uma avaliação adequada dos ambientes interiores.

Em Portugal, apesar de existir alguma legislação referente à QAI em edifícios de serviço e comércio, continua a persistir uma grande dúvida sobre a concentração de poluentes do ar em espaços públicos como escolas, escritórios, lares, hospitais e restaurantes, entre outros. Auditorias generalizadas e periódicas são altamente necessárias para garantir que os espaços fechados existentes cumprem as condições de referência estabelecidas nas recomendações nacionais e internacionais e proporcionam ambientes seguros para os seus ocupantes.

O custo de fornecer ventilação adicional pode ser mais do que compensado pela minimização do risco de propagação de doenças infecciosas (menos absentismo no trabalho, menos internamentos, entre outros) e pelos ganhos de produtividade e bem-estar dos ocupantes.

Autores

João Carlos Winck (Faculdade de Medicina da Universidade do Porto), Susana Marta Almeida (Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa), Gil Correia (Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra), Marta Fonseca Gabriel (Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial), Gonçalo Marques (Politécnico de Coimbra. ESTGOH), Manuel

Gameiro Silva (Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra)

Subscritores:

Inês Azevedo (Sociedade Portuguesa de Pediatria)

Nuno Jacinto (Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar)

António Morais (Sociedade Portuguesa de Pneumologia)

Gustavo Tato-Borges (Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública)